

SEGURO-DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL

Dezembro de 2025

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

S U M Á R I O

03 Contexto Geral
06 Sobre os Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal
09 Perfil do Público
15 Alteração de competência
20 Parceria entre MTE e FUNDACENTRO

Contexto Geral



Contexto Geral

Missão de Governo: Gestão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA)

- ✓ O Governo Federal atribuiu ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a responsabilidade pela gestão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal.
- ✓ A alocação da gestão no MTE contribui para a continuidade da política, favorecendo a integração de processos e o alinhamento com as demais ações de trabalho e proteção social do Ministério.
- ✓ Essa missão está alinhada ao compromisso do governo com a sustentabilidade ambiental e com a proteção da renda dos pescadores artesanais.



Contexto Geral

Objetivos da Atuação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

- ✓ Garantir que o benefício seja concedido a todos os pescadores e pescadoras artesanais que atendam aos requisitos legais, assegurando que seja direcionado exclusivamente a quem efetivamente vive da atividade pesqueira;
- ✓ Garantir que os pescadores artesanais tenham acesso rápido, seguro e digital ao benefício;
- ✓ Reforçar o compromisso com a justiça social e a proteção de direitos;
- ✓ Aprimorar o controle, a fiscalização e a qualidade das informações, reduzindo fraudes e inconsistências;
- ✓ Integrar sistemas e bases de dados para melhorar a rastreabilidade das informações e a transparência da política;
- ✓ Contribuir para a efetividade da proteção social e o fortalecimento da atividade pesqueira sustentável.

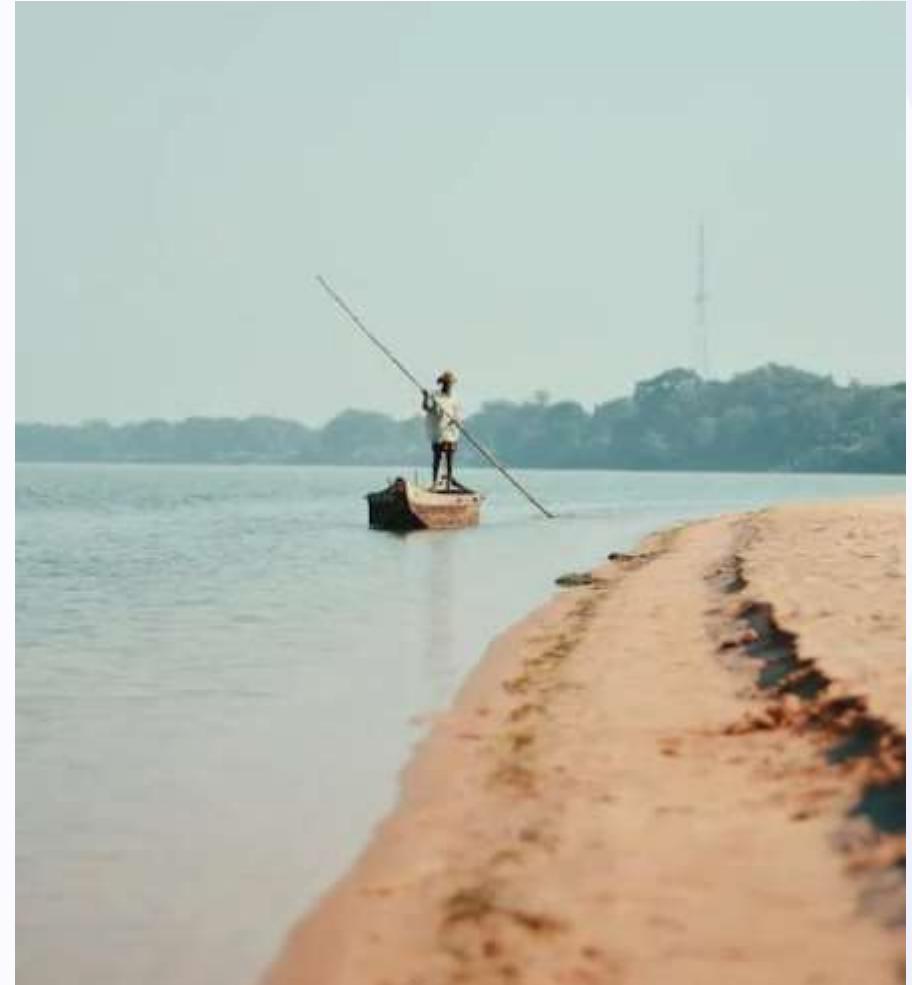


SOBRE O SEGURO DESEMPREGO DO PESCADOR ARTESANAL

Sobre o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal

O que é o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA)

- ✓ O Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA), também conhecido como Seguro-Defeso, foi instituído pela Lei nº 10.779/2003 para garantir renda ao pescador artesanal durante o período de defeso, quando a pesca é proibida para preservação das espécies.
- ✓ O benefício é devido ao pescador profissional artesanal que comprove o exercício ininterrupto da atividade e atenda aos requisitos legais.
- ✓ O valor corresponde a um salário-mínimo mensal, pago durante todo o defeso, limitado a 05 parcelas.
- ✓ Nesse período, o beneficiário não pode exercer pesca nem outra atividade remunerada que descharacterize sua condição profissional.



Sobre o Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal



Tem direito ao Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) o pescador ou a pescadora que:

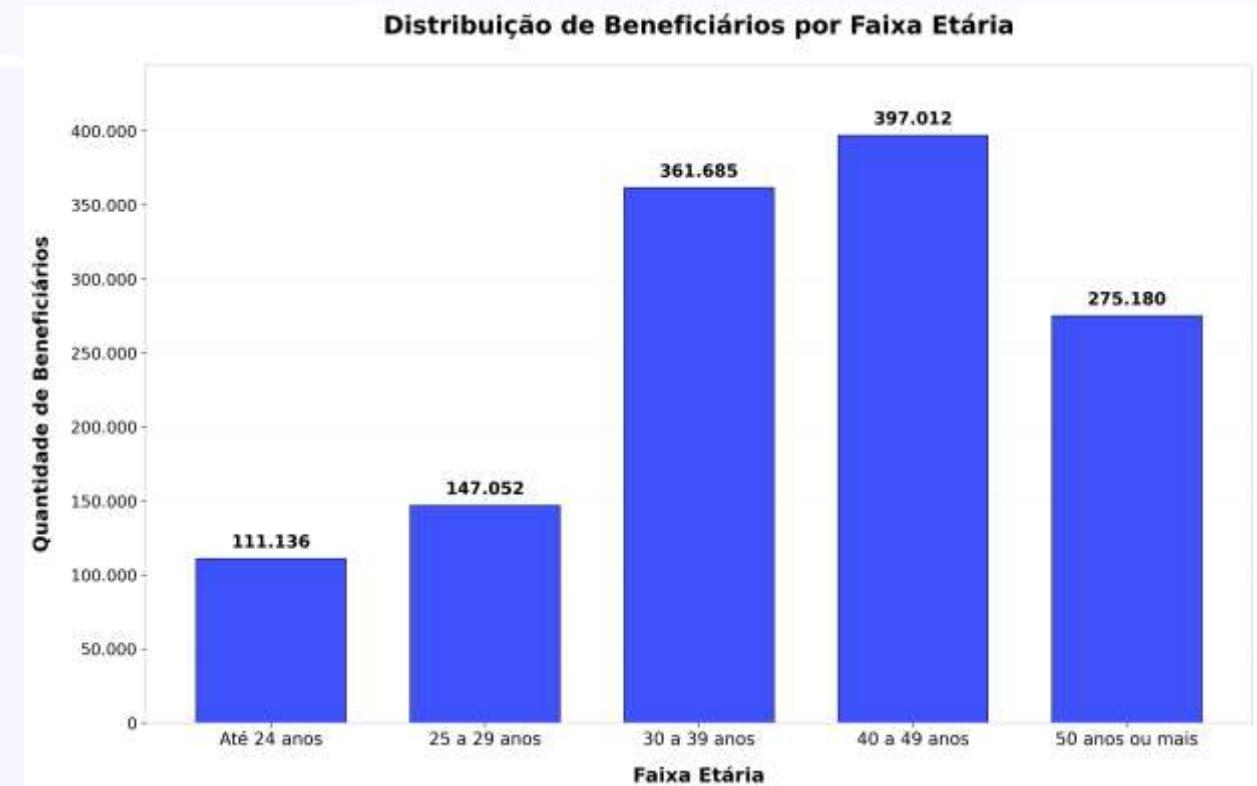
- ✓ Seja Pescador(a) Profissional artesanal inscrito(a) no RGP por, no mínimo, 1 ano;
- ✓ Não disponha de outra fonte de renda sem ser relacionada à atividade pesqueira;
- ✓ Não receba benefício previdenciário ou assistencial contínuo, exceto pensão por morte, auxílio acidente e programas de transferência de renda;
- ✓ Resida em municípios abrangidos pelas portarias que estabelecem os períodos do defeso;
- ✓ Comprove recolhimento da contribuição previdenciária referente à comercialização da sua produção;



PERFIL DO PÚBLICO

Perfil do PÚBLICO

- ✓ Atualmente, cerca de 1.925.875 pescadores artesanais estão cadastrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).
- ✓ Em 2024 foram registrados 1.292.066 beneficiários do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal, sendo 674.444 mulheres (52,2%) e 617.622 homens (47,8%).
- ✓ A grande maioria dos beneficiários concentra-se nas faixas de 30 a 49 anos, que, somadas, correspondem a 58,7% (758.697) do total:
 - 30 a 39 anos: 28,0% (361.685);
 - 40 a 49 anos: 30,7% (397.012).
- ✓ Jovens de até 24 anos representam 8,6% (111.136), enquanto a faixa de 25 a 29 anos chega a 11,4% (147.052). Juntas, essas faixas somam 20% dos beneficiários, revelando uma presença moderada de jovens.
- ✓ Os beneficiários com 50 anos ou mais totalizam 21,3% (275.180), sendo que a faixa de 50 a 64 anos representa 21,1% (272.750).



Fonte: Base de Gestão do Seguro-Desemprego – BGSD

* Dados extraídos em 14/10/2025 tendo como referência a data do requerimento.

Perfil do Público

Região e UF de Residência	Quantidade de Beneficiários
BRASIL	1.292.066
NORTE	475.262
ACRE	9.490
AMAPA	14.759
AMAZONAS	81.939
PARA	352.879
RONDONIA	5.856
RORAIMA	4.974
TOCANTINS	5.365
NORDESTE	728.160
ALAGOAS	16.617
BAHIA	164.783
CEARA	12.895
MARANHAO	380.146
PARAIBA	44.533
PERNAMBUCO	7.483
PIAUI	49.230
RIO GRANDE DO NORTE	13.109
SERGIPE	39.364
SUDESTE	52.109
ESPIRITO SANTO	12.471
MINAS GERAIS	16.933
RIO DE JANEIRO	9.270
SAO PAULO	13.435
SUL	25.231
PARANA	5.940
RIO GRANDE DO SUL	7.626
SANTA CATARINA	11.665
CENTRO-OESTE	11.304
DISTRITO FEDERAL	117
GOIAS	1.349
MATO GROSSO	5.781
MATO GROSSO DO SUL	4.057

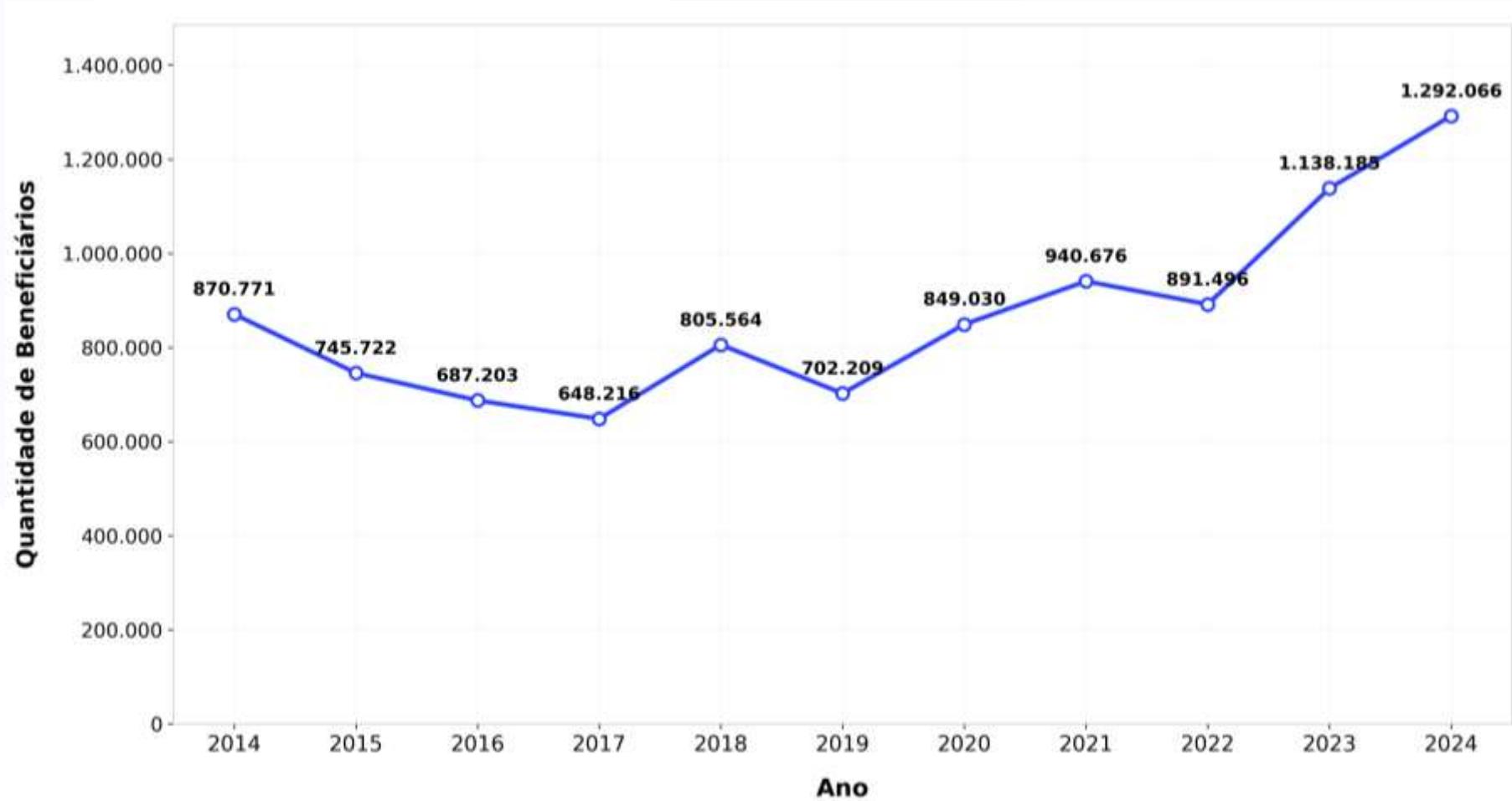
- ✓ Há forte concentração em duas grandes regiões do país
 - Nordeste (728.160 beneficiários; 56,4%) e Norte (475.262 beneficiários; 36,8%). Juntas, essas duas regiões concentram mais de 93% do total nacional.
- ✓ As demais regiões registraram os seguintes quantitativos: Sudeste com 52.109 beneficiários (4,0%); Sul com 25.231 (2,0%); e Centro-Oeste com 11.304 (0,9%).
- ✓ Em nível de Unidades da Federação, destaca-se Maranhão (29,4%), Pará (27,3%), Bahia (12,8%), Amazonas (6,3%) e Piauí (3,8%).

Fonte: Base de Gestão do Seguro-Desemprego – BGSD

* Dados extraídos em 14/10/2025 tendo como referência a data do requerimento.

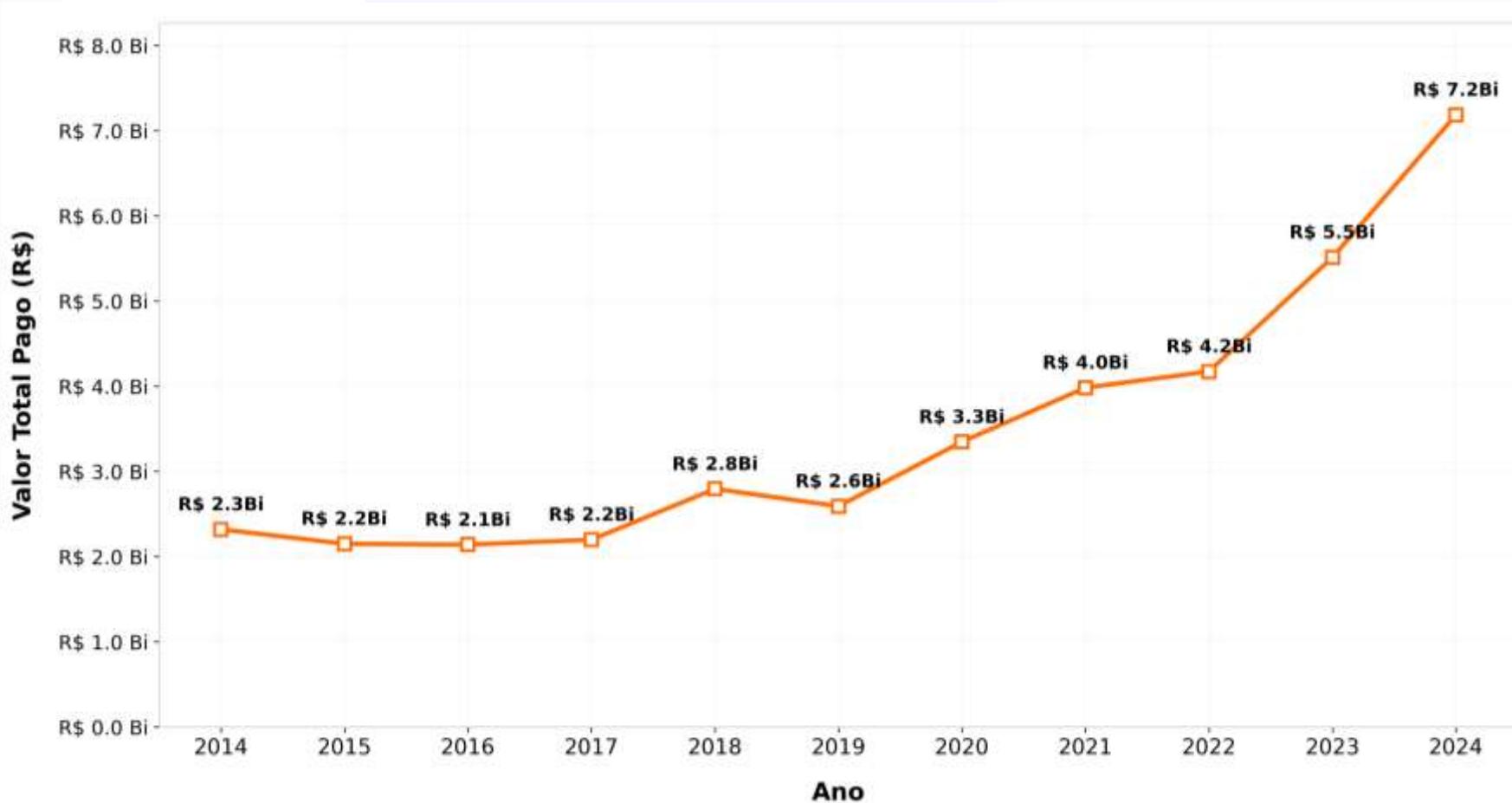
Evolução histórica – Quantidade de Beneficiários

- ✓ Crescimento expressivo entre **2015** e **2024**, com aumento de **73,2%**, passando de cerca de **746 mil** para **1,29 milhão**.
- ✓ O maior salto recente ocorreu entre **2022** e **2023**, um **acréscimo de 27,6%**.
- ✓ De **2023 para 2024**, o crescimento foi de **13,5%**.



Evolução histórica – Valores pagos

- ✓ O total de valores pagos triplicou ao comparar-se **2015** e **2024**, com aumento de **R\$ 5 bilhões**.
- ✓ A **tendência de crescimento é contínua desde 2019**, com forte aceleração a partir de 2021, possivelmente associada à expansão das bases de pescadores elegíveis e valorização do salário mínimo.
- ✓ O salto mais expressivo ocorreu entre **2022** e **2023**, com aumento de **+31%**, seguido de um novo avanço em **2024 (+31%)**.



Quantidade de Defesos

UF do Defeso	Continental	Marinho	Total
Total	100	198	298
RS	2	20	22
SC	3	18	21
SP	2	18	20
BA	4	15	19
PR	2	17	19
ES	2	17	19
PA	10	9	19
RJ	2	14	16
AP	6	9	15
MA	4	8	12
SE	2	9	11
AL	1	10	11
PB	4	6	10
CE	3	6	9
PI	2	7	9
MG	5	3	8
PE	2	6	8
RN	2	6	8
MT	7	0	7
AC	7	0	7
RO	6	0	6
TO	5	0	5
GO	5	0	5
AM	4	0	4
RR	3	0	3
MS	3	0	3
DF	2	0	2

- ✓ Atualmente, existem **298 defesos** cadastrados no país, sendo 198 no ambiente marinho e 100 continentais.
- ✓ Os estados com maior número de defesos são Rio Grande do Sul (22 defesos, 7,4%), Santa Catarina (21 defesos, 7,0%), São Paulo (20 defesos, 6,7%) e os estados da Bahia, Espírito Santo, Pará e Paraná, com 19 defesos cada (6,4%).
- ✓ Em conjunto, esses sete estados concentram 40% do total nacional de defesos.

Fonte: Base de Gestão do Seguro-Desemprego – BGSD

* Dados extraídos em 14/10/2025 tendo como referência a data do requerimento.

Alteração de competência



Alteração de competência

- ✓ O Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) passou por recentes aprimoramentos normativos.
- ✓ A **Medida Provisória nº 1.323**, de 4 de novembro de 2025, efetivou a transferência da competência do INSS para o MTE, abrangendo o recebimento, processamento e habilitação dos beneficiários.
- ✓ A mudança de competência se deu para os **defesos iniciados a partir de 01 de novembro de 2025**.
- ✓ Posteriormente, publicada a **Lei nº 15.265**, de 21 de novembro de 2025, que ratifica a alteração de competência.
- ✓ Em 24 de novembro de 2025 foi publicada a **Resolução CODEFAT nº 1.027**, que dispõe sobre normas relativas à concessão, processamento e pagamento do benefício do Programa do Seguro-Desemprego do pescador artesanal, nos termos da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, e suas alterações, e estabelece as regras de transição



Histórico da Gestão do Benefício

- ✓ Defesos iniciados até 31 de março de 2015: Competência de recepção e processamento dos requerimentos, pagamento, bem como habilitação dos beneficiários era do MTE.
- ✓ Defesos iniciados em entre 1º de abril de 2015 e 31 de outubro de 2025: Competência de recepção e processamento dos requerimentos e habilitação dos beneficiários era do INSS. Pagamento continuou do MTE, visto que o benefício é custeado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- ✓ Defesos iniciados a partir de 1º de novembro de 2025: competência integral do MTE.

Competência sobre o benefício SDPA



Novas regras e Controles para acesso ao benefício

- ✓ Os pescadores artesanais poderão requerer o benefício do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal (SDPA) por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou do Portal Emprega Brasil.
- ✓ O projeto de habilitação do Seguro-Defeso no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prevê uma série de controles para evitar pagamentos indevidos do benefício. O objetivo é garantir a eficiência, controle de qualidade e segurança para os pescadores artesanais beneficiários, ao mesmo tempo em que se busca mitigar fraudes e inconsistências.
- ✓ Ações sendo implementadas para evitar o pagamento indevido:
 - 1. Qualificação e Cruzamento Abrangente de Dados
 - 2. Melhoria nos Requisitos Legais para Habilitação
 - 3. Processo de Habilitação Presencial e Digital Reforçado
 - 4. Fiscalização Reforçada e Combate à Fraude
 - 5. Desenvolvimento Tecnológico do Sistema SDPA

Fluxo de atendimento ao Pescador Artesanal



Parceria entre MTE e FUNDACENTRO



Parceria entre MTE e FUNDACENTRO

- ✓ Em 22 de setembro de 2025, foi celebrado Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MTE e a Fundacentro.
- ✓ **Objeto:** Implementar Programa de Pesquisa e Extensão sobre Saúde e Segurança no Trabalho conduzido por Agentes Territoriais Participativos de Pesquisa e Extensão Tecnológica, com foco na Saúde e Segurança no Trabalho e na contribuição ao processo de requerimento e habilitação do seguro-desemprego do pescador artesanal, conforme disposto na Lei nº 10.779/2003.
- ✓ **Primeira etapa:**
 - Atendimento presencial a 680 mil pescadores artesanais.
 - Aplicação de questionários, entrevistas e orientações com registro georreferenciado.
- ✓ **Equipe de 495 bolsistas distribuídos em:**
 - Equipe Nacional (20 bolsistas): coordenação e supervisão (MTE e Fundacentro).
 - Coordenação Estadual (11 bolsistas): articulação local e monitoramento.
 - Agentes Territoriais (464 bolsistas): execução das atividades nos municípios.
- ✓ **Início das atividades in loco:**
 - A coleta complementar de informações foi iniciada no dia 24 de novembro de 2025 nos Estados da Bahia, Piauí e Amazonas.
 - Nos estados do Maranhão e do Pará foi iniciada no dia 1º de dezembro de 2025.

Coleta complementar de informações

- ✓ Foi publicada a Portaria MTE nº 1.991, de 24 de novembro de 2025, a qual dispõe sobre a coleta complementar de informações do requerente para fins de comprovação da elegibilidade ao benefício do seguro-desemprego do pescador artesanal.

As atividades abrangem municípios de cinco Unidades Federativas.

- ✓ No **Amazonas**, incluem-se: Anamã, Anori, Autazes, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Careiro, Careiro da Várzea, Coari, Codajás, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Jutaí, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Parintins, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Urucará e Urucurituba.
- ✓ Na **Bahia**, o conjunto de municípios contemplados é formado por: Barra, Bom Jesus da Lapa, Cansanção, Carinhanha, Casa Nova, Conde, Cotelândia, Curaçá, Ibotirama, Itaparica, Itiúba, Jandaíra, Juazeiro, Malhada, Maragogipe, Morpará, Muquém de São Francisco, Nazaré, Paratinga, Pilão Arcado, Remanso, Riachão das Neves, Rodelas, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, Saubara, Sento Sé, Serra do Ramalho, Sobradinho, São Francisco do Conde, Sítio do Mato, Valença, Vera Cruz e Xique-Xique.
- ✓ No **Maranhão**, os municípios envolvidos são: Anajatuba, Araioses, Bacabal, Bom Jardim, Icatu, Magalhães de Almeida, Matinha, Paço do Lumiar, Pedro do Rosário, Pindaré-Mirim, Pinheiro, Pio XII, Raposa, Rosário, Santa Helena, Santa Inês, Santa Luzia do Paruá, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São José de Ribamar, São João Batista, São Luís, Tutóia, Urbano Santos, Viana e Zé Doca.
- ✓ No **Pará**, fazem parte: Abaetetuba, Baião, Breu Branco, Breves, Cachoeira do Arari, Cametá, Curralinho, Gurupá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Monte Alegre, Muaná, Óbidos, Oeiras do Pará, Ponta de Pedras, Prainha, Salvaterra, Santarém, Soure, São Sebastião da Boa Vista e Tucuruí.
- ✓ Por fim, no **Piauí**, estão incluídos os municípios de: Barras, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Campo Largo do Piauí, Guadalupe, Ilha Grande, Joca Marques, José de Freitas, Luzilândia, Luís Correia, Madeiro, Matias Olímpio, Murici dos Portelas, Nossa Senhora dos Remédios, Parnaíba e Teresina.

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO



Ministério do Trabalho e Emprego
Secretaria de Proteção ao Trabalhador

Caderno da Estratégia

Ministério da Pesca e Aquicultura

O que é o Caderno?

- É um documento que compila as produções do **Planejamento Estratégico do Ministério da Pesca e Aquicultura (2024-2028)** realizadas no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/23/003-MPA.
- O Planejamento Estratégico (PE) é obrigatório para os órgãos da Administração Pública Federal, conforme a **Instrução Normativa n.º 24, de 18 de março de 2020**.
- O PE do MPA foi conduzido em estrita conformidade com tal Instrução e observou ainda, as diretrizes nacionais estabelecidas pela **Estratégia Brasil 2050** e pelo **Plano Plurianual (2024-2027)**.



Planejamento
Estratégico do MPA
— 2024 - 2028 —

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA



O que o Caderno contém?

Componente	Descrição
1) CONSTRUÇÃO DA ESTRATÉGIA	Descrição do percurso colaborativo para construção da estratégia.
2) DIRECIONADORES ESTRATÉGICOS	Apresentação da Missão, Visão e Valores , que ancoram a identidade institucional para orientar a atuação diária.
3) MAPA ESTRATÉGICO	Representação visual da Missão, Visão e Valores e dos 16 objetivos estratégicos (OEs), organizados em quatro perspectivas estratégicas: (1)RESULTADO GERADO (Sociedade e público-alvo), (2) DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TERRITORIAL E REGIONAL, (3) PROCESSOS e (4) INFRAESTRUTURA E APRENDIZAGEM.
4) INDICADORES ESTRATÉGICOS E RESULTADOS-CHAVE (KRS)	O capítulo de indicadores apresenta as 41 métricas que serão utilizadas para acompanhar o alcance dos resultados. Os Resultados-Chave (KRs) são as metas a serem atingidas e são instrumentos de mensuração do alcance da estratégia, conforme a metodologia Objectives and Key Results (OKR).
5) PORTFÓLIO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS	Organiza os projetos (como, por exemplo, a Implementação da Plataforma SINAU ou os Mutirões de vistoria e regularização – Propesc) que viabilizarão a materialização dos resultados esperados.

Mapa da Jornada



Planejamento
Estratégico do MPA
2024 - 2028

Missão,
Visão e
Valores

Diagnóstico
organizacional

Mapa
Estratégico

Indicadores e Projetos
Estratégicos

Monitoramento e
Avaliação da
Estratégica
(M&A)

Capacitação sobre o
M&A

Realização do M&A



Direcionadores Estratégicos

Missão

Promover o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, geração de renda e inclusão social para o povo brasileiro

Visão

Ser reconhecida pela excelência em gestão, inovação e desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura

Valores

- **Comprometimento com o público-alvo**
- **Responsabilidade socioambiental, econômica e cultural**
- **Atuação colaborativa**
- **Garantia da participação social**
- **Inovação e criatividade**
- **Equidade e empatia**
- **Compromisso com a integridade**

As 4 Perspectivas do MPA

RESULTADO GERADO (Sociedade e público-alvo)

Benefícios e impactos tangíveis refletidos na sociedade e nos públicos-alvo de maneira ampla (diretos e indiretos), por meio da atuação do Ministério, por exemplo, aumento da segurança alimentar e conservação dos ecossistemas aquáticos.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TERRITORIAL E REGIONAL

Foca em resultados que impulsionam o desenvolvimento social e territorial das regiões com atividades pesqueira e aquícola, promovendo a prosperidade socioeconômica dos públicos diretamente envolvidos, por meio da geração de emprego, renda e oportunidades locais.

PROCESSOS

Aborda as atividades-chave da atuação do MPA que devem ser aprimoradas para viabilizar a entrega de valor público definidas nas perspectivas de resultados gerados e desenvolvimento territorial e regional.

INFRAESTRUTURA E APRENDIZAGEM

Engloba as condições organizacionais necessárias ao sucesso das demais perspectivas, desde sistemas de informação integrados e unidades especializadas até programas de capacitação contínua e incentivo à inovação tecnológica.

Os 16 Objetivos Estratégicos do MPA

- OE 1.** Fortalecer a imagem institucional do Ministério nos setores aquícolas e pesqueiro e a sociedade em geral;
- OE 2.** Promover a segurança alimentar e nutricional aumentando a disponibilidade de pescado de qualidade e contribuindo para manter o Brasil fora do Mapa da Fome;
- OE 3.** Potencializar a competitividade das cadeias produtivas da pesca e aquicultura nos mercados nacional e internacional;
- OE 4.** Aumentar a produção sustentável da pesca e aquicultura, respeitando a biodiversidade e fortalecendo a resiliência dos sistemas alimentares aquáticos frente às mudanças climáticas;
- OE 5.** Promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura em nível regional, impulsionando as economias locais e fortalecendo a proteção dos territórios;
- OE 6.** Ampliar a participação social inclusiva, plural e democrática na formulação das políticas públicas para a pesca e a aquicultura;
- OE 7.** Fomentar a qualificação técnica e profissional para os setores da pesca e aquicultura de forma regionalizada;
- OE 8.** Promover inclusão socioeconômica e a valorização dos saberes tradicionais e locais e da cidadania nas cadeias produtivas da pesca e aquicultura;

Os 16 Objetivos Estratégicos do MPA

- OE 9.** Aperfeiçoar o registro, o monitoramento e o ordenamento das atividades pesqueira e aquícola;
- OE 10.** Fortalecer a regularização, o controle e a fiscalização das atividades pesqueiras e aquícolas;
- OE 11.** Fortalecer as parcerias estratégicas, estimulando a integração e cooperação intra e interinstitucional;
- OE 12.** Gerar dados qualificados e abertos para subsidiar decisões estratégicas, desenvolvimento e inovação;
- OE 13.** Promover a gestão de pessoas, assegurando a inclusão e o aperfeiçoamento contínuo das equipes;
- OE 14.** Aumentar a autonomia de Tecnologia da Informação (TIC), fortalecendo a segurança dos dados e a transformação digital;
- OE 15.** Aprimorar estruturas de governança, transparência e integridade institucional;
- OE 16.** Ampliar o orçamento e dinamizar a captação de recursos visando assegurar a implementação das políticas públicas.



Mapa Estratégico

MISSÃO

Promover o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, geração de renda e inclusão social para o povo brasileiro

VISÃO

Ser reconhecida pela excelência em gestão, inovação e desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura

VALORES

Comprometimento com o público-alvo | Responsabilidade socioambiental, econômica e cultural | Atuação colaborativa | Garantia da participação social | Inovação e Criatividade | Equidade e empatia | Compromisso com a integridade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

01 Fortalecer a imagem institucional do Ministério nos setores pesqueiro e aquícola e na sociedade em geral

02 Promover a segurança alimentar e nutricional aumentando a disponibilidade de pescado de qualidade e contribuindo para manter o Brasil fora do Mapa da Fome

03 Potencializar a competitividade das cadeias produtivas da pesca e aquicultura nos mercados nacional e internacional

04 Aumentar a produção sustentável da pesca e aquicultura, respeitando a biodiversidade e fortalecendo a resiliência dos sistemas alimentares aquáticos frente às mudanças climáticas

Desenvolvimento Social, Territorial e Regional

05 Promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura em nível regional, impulsionando as economias locais e fortalecendo a proteção dos territórios

06 Ampliar a participação social inclusiva, plural e democrática na formulação das políticas públicas para a pesca e a aquicultura

07 Fomentar a qualificação técnica e profissional para os setores da pesca e aquicultura de forma regionalizada

08 Promover inclusão socioeconômica e a valorização dos saberes tradicionais e locais e da cidadania nas cadeias produtivas da pesca e aquicultura

Processos

09 Aperfeiçoar o registro, o monitoramento e o ordenamento das atividades pesqueiras e aquícolas

11 Fortalecer as parcerias estratégicas, estimulando a integração e cooperação intra e interinstitucional

10 Fortalecer a regularização, o controle e a fiscalização das atividades pesqueiras e aquícolas

12 Gerar dados qualificados e abertos para subsidiar decisões estratégicas, desenvolvimento e inovação

Infraestrutura e Aprendizagem

13 Promover a gestão de pessoas, assegurando a inclusão e o aperfeiçoamento contínuo das equipes

15 Aprimorar estruturas de governança, transparência e integridade institucional

14 Aumentar a autonomia de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), fortalecendo a segurança dos dados e a transformação digital

16 Ampliar o orçamento e dinamizar a captação de recursos visando assegurar a implementação das políticas públicas

Indicadores Estratégicos - exemplos:

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TERRITORIAL E REGIONAL

OE 05

Promover o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura de forma regionalizada e territorializada, impulsionando as economias locais

INDICADOR

Quantidade de pescadores participantes do programa de fortalecimento produtivo dos territórios pesqueiros

RESULTADO-CHAVE (KR)

Alcançar 200 mil pescadores participantes do programa de fortalecimento produtivo dos territórios pesqueiros

NCC - Número de contratos concedidos para a pesca artesanal e para a aquicultura

Aumentar em 100% o número de contratos concedidos para a pesca artesanal e para a aquicultura

Indicadores Estratégicos – exemplos:

RESULTADO GERADO

OE 02

Promover a segurança alimentar e nutricional aumentando a disponibilidade de pescado de qualidade e contribuindo para manter o Brasil fora do Mapa da Fome

INDICADOR

AAPCI - Quantidade de pescado adquirido nas compras institucionais e na merenda escolar

RESULTADO-CHAVE (KR)

Aumentar em 10% a quantidade de pescado adquirido nas compras institucionais e na merenda escolar

PCO - Percentual de Pescado de captura exportado com certificação de origem legal

Certificar 30% de pescado exportado, com certificação de origem legal

Iniciativas Estratégicas - exemplos:

13. Pesca artesanal no PNAE e PAA

Inclusão da pesca artesanal nos programas governamentais de aquisição de alimentos (PNAE e PAA).

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 02 **OE 05** **OE 03** **OE 08**

16. Revisão do Decreto nº 7.077, de 2010

Revisão do Decreto nº 7.077, de 2010, referente à regulamentação da subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 16 **OE 03** **OE 10** **OE 09**

14. Pescadores e pescadoras artesanais no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF)

Inserção dos pescadores e pescadoras artesanais no Cadastro da Agricultura Familiar (CAF).

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 08 **OE 05** **OE 16** **OE 09**

OE 06

17. Revisão de atos normativos de controle higiênico-sanitário

Revisão dos atos normativos referentes ao controle higiênico-sanitário de embarcações de pesca de produção primária.

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 10 **OE 02** **OE 03** **OE 09**

15. Integração de Sistemas

Integração dos Sistemas Pesq-Brasil, PREPs e SSADP.

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 09 **OE 14** **OE 12** **OE 15**

18. Plano Nacional da Pesca Artesanal

Implementação do Plano Nacional para a pesca artesanal.

Impacta o(s) objetivo(s):

OE 05 **OE 08** **OE 02** **OE 06**

Confira o caderno na íntegra



Obrigada!

Adriana Souza Papaleo
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
(61) 3218-3896





Ministério da Pesca e Aquicultura
Secretaria Nacional de Aquicultura

Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura - PNDSA

Inovação, Competitividade e Transição para a Economia
Azul

Fernanda de Paula
Secretaria Nacional de Aquicultura

Parcerias elaboração do Plano Nacional:



MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Subsídios para o Plano:



PROAQUI
PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AQUICULTURA
DECRETO N° 11.852, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2023

Finalidade
Promover a consolidação, a qualificação e o crescimento do setor aquícola brasileiro.

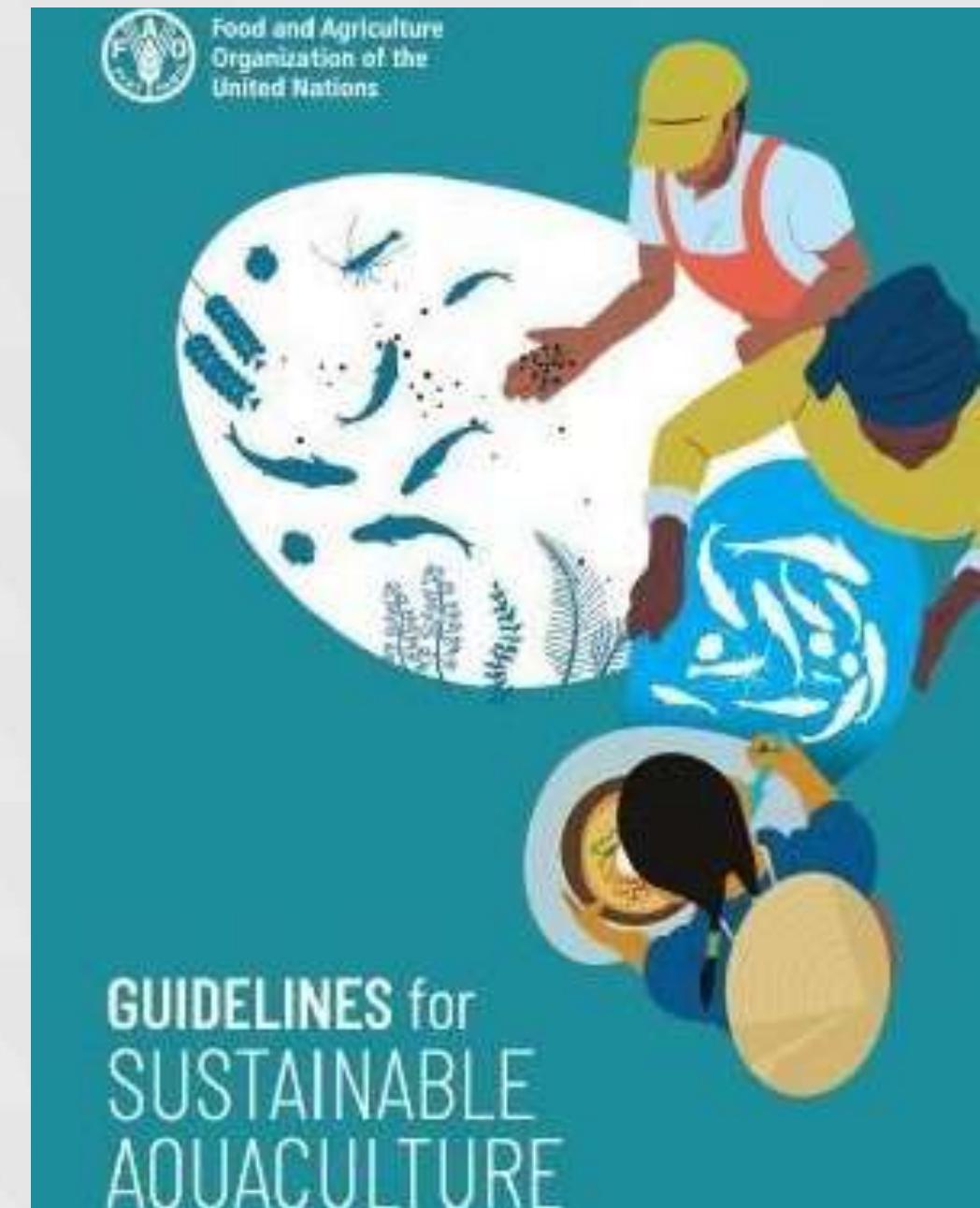
Objetivos

- Fortalecimento institucional da política aquícola e a desburocratização da atividade de aquicultura;
- Estruturação, organização e desenvolvimento das cadeias produtivas da aquicultura;
- Inclusão socioprodutiva dos agentes envolvidos no setor;
- Promoção do crescimento sustentável da capacidade produtiva da aquicultura.

Ações prioritárias alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

I - Estímulo à regularização ambiental e fundiária	II - Geração e gestão de dados e informações aquícolas	III - Fomento das diferentes cadeias produtivas da aquicultura	IV - Ordenamento e desenvolvimento da aquicultura em águas da União	V - Estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação no setor da aquicultura	VI - Incentivo às boas práticas de sanitade aquícola, biossegurança e bem-estar animal	VII - Atração de investimentos públicos e privados para aquicultura e seguro aquícola	VIII - Promoção da comunicação e marketing na aquicultura	IX - Estímulo à economia circular e à bioeconomia	X - Desenvolvimento e competitividade do mercado interno e externo	XI - Apoio às certificações como forma de agregar valor aos produtos da aquicultura	XII - Fortalecimento da aquicultura familiar e dos arranjos produtivos locais	XIII - Incentivo ao associativismo e ao cooperativismo	XIV - Capacitação, qualificação e valorização dos recursos humanos da aquicultura	XV - Desenvolvimento da assistência técnica e extensão aquícola
--	--	--	---	--	--	---	---	---	--	---	---	--	---	---

BRASIL
GOVERNO FEDERAL



Missão e Visão do MPA

Missão

Promover o ordenamento e o desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional, geração de renda e inclusão social para o povo brasileiro.

Visão

Ser reconhecido pela excelência em gestão, inovação e desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura.

Eixos Transversais do PNDSA (1/2)

1

Regularização Ambiental e Fundiária

Plataforma Geoespacial com IA para licenciamento, zoneamento inteligente e monitoramento remoto.

2

Gestão de Dados

Cadastro Nacional Inteligente da Aquicultura, Data Lake Nacional e Painéis públicos de benchmarking.

3

Assistência Técnica e Extensão (ATER)

Plataforma nacional de ATER Digital, Tutor de ATER em IA multicanal e Rede IoT mínima conectada.

4

Crédito

Plataforma digital de crédito com pré-análise automática por IA, Score de crédito dinâmico e Seguro aquícola paramétrico.

5

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Plataforma de prioridades de P&D, Sandbox digital, Linhas de financiamento específicas para a aquicultura.

Eixos Transversais do PNDSA (2/2)

6

Sanidade, Ambiente e Rastreabilidade

Sistema nacional de alerta precoce sanitário-ambiental e Biossegurança digital com score de conformidade.

7

Indústria do Processamento do Pescado

Sistemas de rastreabilidade digital com Blockchain, I.A. para previsão de demanda, nanotecnologia e robótica.

8

Comercialização

Observatório Nacional de Mercado Aquícola com IA de previsão e Marketplace digital público-privado.

9

Comunicação

Painel público nacional da aquicultura com dados em tempo real e Monitoramento de percepção pública com IA.

10

Consumo de Pescado

Campanhas digitais inteligentes de consumo de alimentos azuis e Selo digital com QR code e *storytelling* automatizado.

Fortalecimento Institucional: Fundação AquaBrasil

1 Criação

Elaborar e instituir a Fundação AquaBrasil por Decreto/ Lei.

2 Missão

Identificar, desenvolver e disseminar inovações para a aquicultura.

3 Governança

Definir governança público-privada paritária com conselho deliberativo.

4 Sustentabilidade

Garantir orçamento plurianual estável com recursos públicos, privados e cooperação.

5 Operação

Operar carteira nacional de projetos piloto e implantar rede de fazendas-módelo de aquicultura 4.0.

Foto: Paula Lóperez / El País

Projetos Piloto (1/2)

1 Piscicultura

Regularização digital com zoneamento inteligente, Centros de demonstração Aquicultura 4.0 e Crédito/seguro assistido por dados.

2 Piscicultura de Espécies Nativas

Zoneamento inteligente por bacias, Polos regionais de beneficiamento e Programa de soberania genética.

3 Carcinicultura

Cadastro ambiental digital, Rede IoT mínima com alerta precoce sanitário e Polos regionais de beneficiamento.

4 Malacocultura

Rede de ATER Digital e fazendas-móvel, Ampliação das áreas (> 4 ha), Fiscalização digitalizada e Territórios Azuis

Projetos Piloto (2/2)

5

Algicultura

Fazendas-modelo de algas e IMTA, PSAmbientais – Sequestro de Carbono, *K. alvarezzi* no Nordeste.

6

Aquicultura Ornamental

Marco regulatório nacional claro, Estruturação de mercado e logística, Benchmarking Vieiras-MG.

7

Ranicultura

Produtos Premium – Valor agregado, Polos regionais, Núcleo de qualidade e processamento.

8

Piscicultura Marinha

Importação e Adaptação de Pacotes Tecnológicos, Aquicultura *Off Shore* e Sistemas RAS.

Cenários de Desenvolvimento para a Aquicultura

O PNDSA projeta três cenários de crescimento para a produção em toneladas, baseados em diferentes taxas anuais:

Cenário	Crescimento Anual	Produção em 2035 (toneladas)
Contido	2%	1.119.332
Moderado	5%	1.584.997
Positivo	10%	2.769.932

Ponto de Partida (2024): 882.586 toneladas (IBGE, 2025).

- 1 Milhão de toneladas: 2026/ 2027 ou 2030; a depender do Cenário.

Articulação Multissetorial: Stakeholders

Eixo Transversal	Atores envolvidos
1. Regularização Ambiental e Fundiária	MPA, SEBRAE, CNA, OEMA's, IBAMA, INCRA
2. Gestão de Dados	MPA, SEBRAE, CNA, IBGE
3. Assistência Técnica e Extensão	MPA, SEBRAE, CNA, Estados, Municípios, ANATER, SENAR, ONGs
4. Crédito	MPA, SEBRAE, CNA, Agentes Financeiros
5. Pesquisa e Desenvolvimento	MPA, SEBRAE, CNA, EMBRAPA, MCTI, FINEP, Universidades, IFCs
6. Sanidade, Ambiente e Rastreabilidade	MPA, SEBRAE, CNA, MAPA, Estados, Municípios, ABIPESCA
7. Indústria de Processamento do Pescado	MPA, SEBRAE, CNA, MAPA, ABIPESCA, Peixe BR, ABCC, Camarão BR
8. Comercialização	MPA, SEBRAE, CNA, MAPA, MDA, CONAB, Estados, Municípios
9. Comunicação	MPA, SEBRAE, CNA, ABIPESCA, Peixe BR, ABCC, Camarão BR
10. Consumo de Pescado	MPA, SEBRAE, CNA, ABIPESCA, Peixe BR, ABCC, Camarão BR, ABRAS, Atacadistas



Obrigada!

Fernanda de Paula
gabinete.sna@mpa.gov.br



Pesca e Aquicultura na COP30:

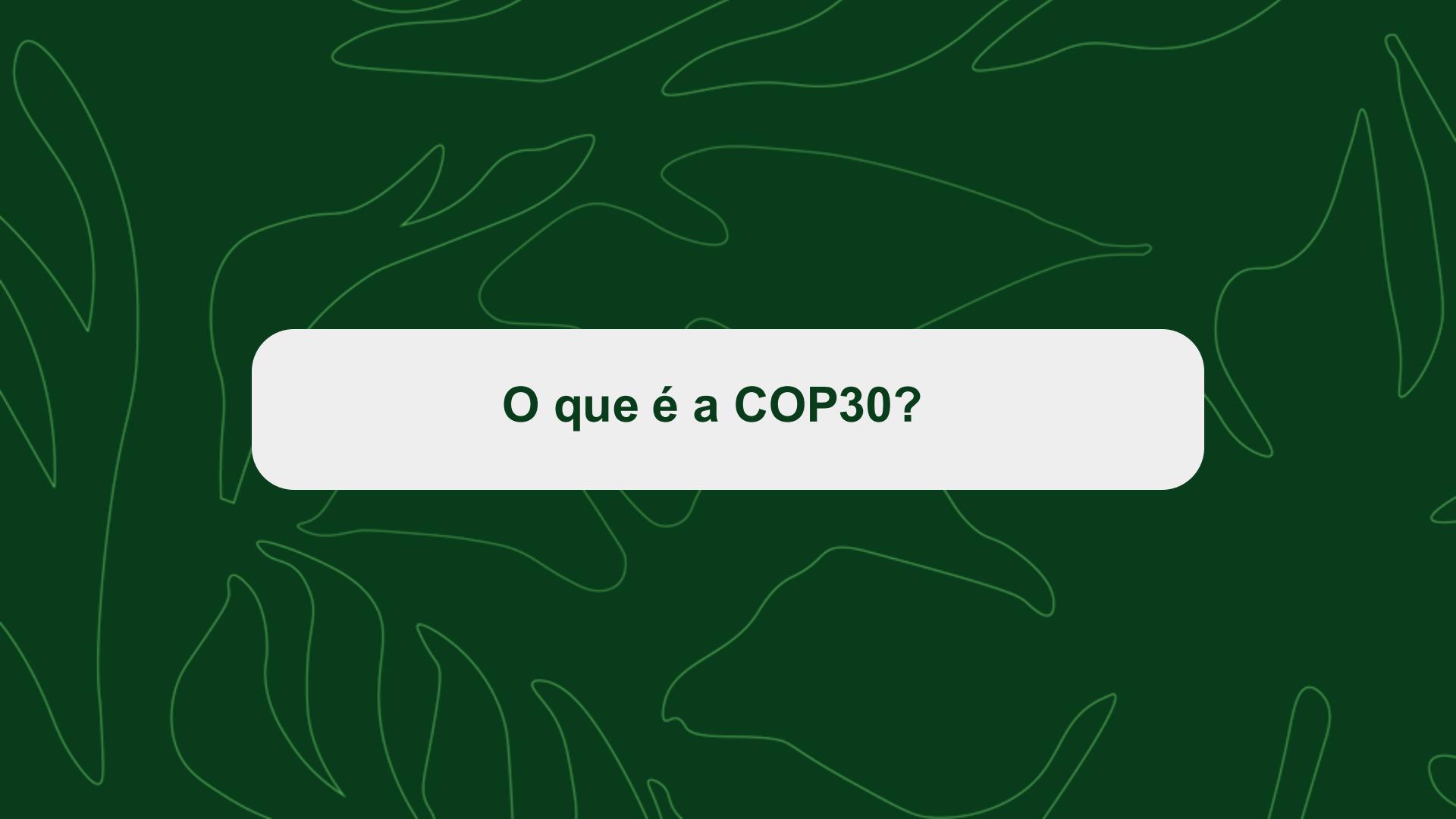
A atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura no Debate
Climático Global

MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO

Yan Brasil
Analista Técnico em Assuntos
Internacionais
Assessoria Especial Internacional

Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
(CONAPE)
46ª Reunião Ordinária
Brasília, 9 de dezembro de 2025.



O que é a COP30?

Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)

Objetivo Criada na Rio-92 (1992), a UNFCCC é o tratado internacional que inaugurou o regime multilateral para responder ao aquecimento global. Baseia-se no princípio das “responsabilidades comuns, porém diferenciadas”, segundo o qual os países desenvolvidos devem liderar a redução de emissões e oferecer suporte financeiro, tecnológico e de capacitação aos países em desenvolvimento.

Sendo a Conferência das Partes o órgão supremo de decisão da UNFCCC. Ela reúne todos os 198 países signatários para tomar decisões e implementar a Convenção. A COP é assessorada pelo SBI (Órgão Subsidiário de Implementação) e pelo SBSTA (Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico e Tecnológico).

A UNFCCC estrutura sua ação em cinco pilares fundamentais:

- Mitigação: Reduzir emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE),
- Adaptação: Ajustar-se aos impactos da mudança do clima,
- Financiamento: Apoiar ações com recursos financeiros,
- Tecnologia: Desenvolver e transferir tecnologias limpas e
- Capacitação: Fortalecer habilidades institucionais e humanas.



Pesca e a aquicultura nos processos da UNFCCC

No 1º Diálogo sobre Oceanos e Clima do Plano de Implementação da Sharm el-Sheikh, “pesca e segurança alimentar” e “recuperação de ecossistemas costeiros” foram os temas selecionados para o debate (2023). O Diálogo conclui que “é necessário integrar soluções climáticas baseadas em alimentos aquáticos nos processos nacionais e multilaterais, inclusive no processo da UNFCCC”.

Nas negociações do Mandato de Sharm el-Sheik em Agricultura e Segurança Alimentar, a pesca e a aquicultura foram setores agrícolas para os quais se propuseram workshops específicos, no calendário de implementação que se encerra em 2026.

No Plano Estratégico para o Fundo Verde do Clima 2024-2027, a pesca de baixas emissões figura entre as áreas estratégicas para o financiamento climático global.

Na Declaração sobre Alimentos e Agricultura da COP28 dos Emirados Árabes Unidos, endossada por 160 países, incluindo o Brasil, destacam-se a pesca e a aquicultura, demonstrando consenso sobre a relevância desses setores agrícolas para consecução dos objetivos climáticos globais.



Estrutura da COP30

Negociação

- **New Collective Quantified Goal (NCQG)**: USD 300 bi – USD 1,3 tri/ano até 2035
- **Loss and Damage Fund**: de USD 674 mi para USD 759 mi
- **Artigo 6**: mercados de carbono e abordagens não-mercadológicas
- **Global Goal of Adaptation (GGA)**: indicadores de adaptação propostos para a COP30
- **SJWA**: trabalho conjunto sobre agricultura e segurança alimentar
- **Ocean & Climate Change Dialogue 2025–2026**: integração clima-oceanos
- **Lima Work Programme on Gender**
- **Local Communities and Indigenous Peoples Platform (LCIPP)**

Agenda de Ação

- Transição em energia, indústria e transporte
- Gestão sustentável de florestas, oceanos e biodiversidade
- Transformação da agricultura e dos sistemas alimentares
- Resiliência em cidades, infraestrutura e água
- Desenvolvimento humano e social
- Catalisadores e aceleradores: financiamento, tecnologia e capacitação

Mobilização Social

- Conselhos Consultivos Informais
- Enviados Especiais da Presidência
- Círculos COP30: Ministros de Finanças, Povos, Presidentes e Balanço Ético Global
- Comissão Internacional de Comunidades Tradicionais, Afrodescendentes e Agricultores Familiares
- Comissão Internacional Indígena



BALANÇO GERAL DA COP30

A COP30 consolidou-se como a mais relevante conferência climática da década, reafirmando o Brasil como liderança global na agenda do clima. Ao final de 13 dias de negociações, 195 países aprovaram por consenso o Pacote de Belém, com 29 decisões que fortalecem o multilateralismo e conectam a agenda climática à vida das pessoas.

Principais Resultados:

- Triplicação do financiamento para adaptação até 2035
- Criação do Mecanismo de Belém para a Transição Global Justa
- 59 indicadores globais de adaptação
- Novo Plano de Ação sobre Gênero e Clima
- Diálogos sobre comércio e clima
- Programa de Implementação de Tecnologia (TIP)

Natureza, Oceanos e Economia Azul

- Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF) com aporte USD 6,7 bilhões
- Blue NDC Challenge e Ocean Breakthroughs
- Meta de USD 20 bilhões para paisagens marinhas regenerativas

“A COP30 marca o início de uma década de transformação”
André Corrêa do Lago



Atuação do Ministério da Pesca e Aquicultura na COP30

PORTARIA MPA Nº 441 DE 17 DE MARÇO DE 2025

Objetivo:

Articular, planejar e coordenar a atuação institucional do MPA na COP 30, com foco nas atividades preparatórias e na presença oficial do Ministério no evento.

Principais Atribuições do GT-COP30:

Acompanhar as negociações e agendas oficiais da COP 30

Coordenar as atividades preparatórias do Ministério

Organizar a participação do MPA em eventos oficiais e técnicos

Articular com órgãos governamentais, instituições parceiras e setor produtivo

Coordenar logística e infraestrutura da participação na COP

Garantir alinhamento às diretrizes governamentais e compromissos internacionais

Elaborar o relatório final da participação do MPA na COP30



AÇÕES PRÉ-COP



lançamento da série
“Diálogos pelo
Clima”



62ª Reunião dos
Órgãos Subsidiários
(SB62)



Promoção da
Participação Social
na COP30



Evento preparatório
para a COP30

AGENDA MPA



MULHERES DAS
ÁGUAS: RESILIÊNCIA E
ADAPTAÇÃO NA PESCA
ARTESANAL E
AQUICULTURA

Pavilhão Brasil
Zona Azul



PROMOÇÃO DE AÇÕES DE
MITIGAÇÃO DAS MUDANÇAS
CLIMÁTICAS POR MEIO DA
AGRICULTURA, FLORESTAS E
BLUE CARBON

Pavilhão Japão
Zona Azul



PESCADO PARA O FUTURO:
POTENCIAL QUE VEM DAS
ÁGUAS. RECOMENDAÇÕES
PARA UMA TRANSFORMAÇÃO
AZUL NO BRASIL

Pavilhão IICA
AgriZone



AQUICULTURA DE
ALGAS PARA
MÚLTIPLAS
SOLUÇÕES
CLIMÁTICAS

Pavilhão Brasil
Zona Verde



CONTRIBUIÇÕES DOS POVOS DA
PESCA ARTESANAL PARA O
ENFRENTAMENTO DA
EMERGÊNCIA CLIMÁTICA NOS
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS
PESQUEIROS DO BRASIL

Auditório 2
AgriZone



MOVIMENTO COM OS
PESCADORES
ARTESANAIS

Cúpula dos Povos

AGENDA MPA



DIÁLOGO BRICS
SOBRE PESCA E
AQUICULTURA

Arena
AgriZone



FISHERY AND
AQUACULTURE
RESILIENCE: CASES
FROM ACROSS THE
GLOBE

Auditório 2
AgriZone



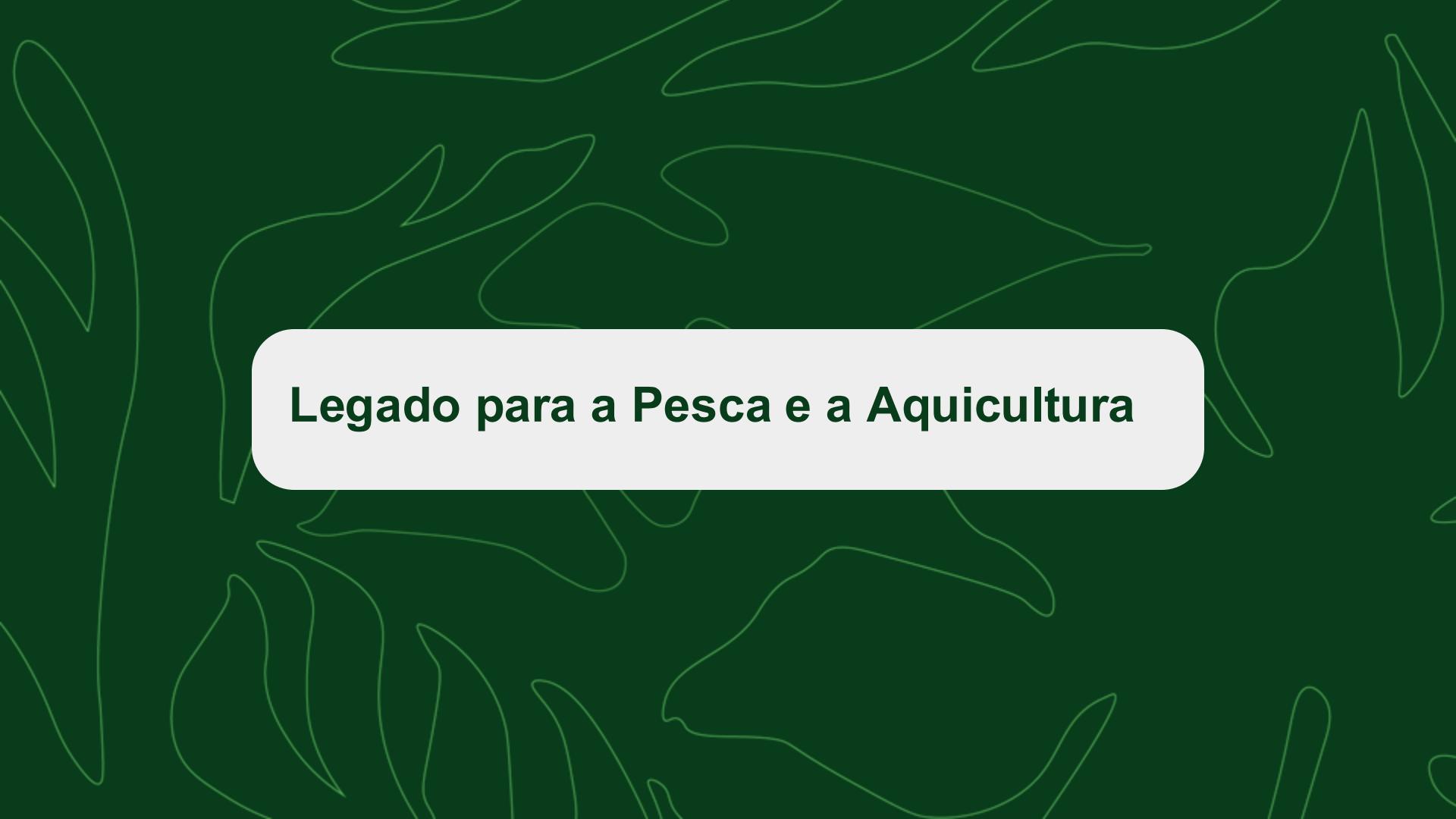
TRANSFORMING BLUE FOOD
SYSTEMS FOR EQUITY,
RESILIENCE, AND CLIMATE
ACTION TAS E BLUE CARBON

Food and Agriculture Pavilion
Zona Azul



ROTEIRO BELÉM-CAMPO
GRANDE PARA A PESCA
E AQUICULTURA
SUSTENTÁVEIS

Arena
AgriZone



Legado para a Pesca e a Aquicultura

Sistemas Aquáticos Entram na Agenda Climática

Pela primeira vez na história das COPs, foi estruturado um programa totalmente dedicado aos sistemas alimentares aquáticos, reunindo mais de 30 painéis sobre mitigação, adaptação, tecnologia, financiamento e governança. O marco representa um avanço para o Brasil, para a Amazônia e para todos os povos que vivem das águas.

Também de forma inédita, os sistemas alimentares aquáticos passaram a integrar a Agenda de Ação Climática da COP30 por meio de dois Planos de Aceleração que apresentam os sistemas aquáticos e a aquicultura de algas como caminhos resilientes ao clima, positivos para a natureza e inclusivos. Esses planos fortalecem a aquicultura sustentável, integram os alimentos aquáticos às estratégias climáticas nacionais e ampliam soluções baseadas em algas que contribuem para mitigação, adaptação e proteção da biodiversidade, ao mesmo tempo em que apoiam comunidades costeiras, mulheres, jovens e produtores de pequena escala.



O objetivo foi reunir ações voluntárias em um “banco de ideias” para acelerar o que já está pactuado entre os países, avaliando cada iniciativa por meio de 12 alavancas de implementação para identificar gargalos e orientar ações mais rápidas, com base no Balanço Global do Acordo de Paris. Com 120 planos concluídos, o desafio agora é manter o ritmo de avanço nas próximas COPs

Plano para Acelerar Sistemas Alimentares Aquáticos como Soluções Climáticas

Para transformar esta realidade, o plano estabelece quatro prioridades até 2028: promover práticas resilientes que garantam alimento nutritivo para bilhões; integrar os alimentos aquáticos nas políticas climáticas nacionais com participação inclusiva; facilitar o comércio sustentável; e mobilizar os US\$ 4,5 bilhões anuais necessários para adaptação.

RESULTADO ESPERADO	PRINCIPAL AÇÃO	RESPONSÁVEIS
100% dos estoques pesqueiros sob gestão sustentável	Desenvolver e implementar planos de gestão pesqueira efetiva	FAO Blue Transformation
+30% na aquicultura sustentável até 2030	Promover práticas resilientes (ex.: algas, energias renováveis)	FAO Blue Transformation
Reducir perdas e aumentar valor de mercado	Estabelecer programas nacionais de cadeia de frio e redução de desperdício	FAO Blue Transformation
NDCs e políticas nacionais incluindo alimentos aquáticos	Disseminar evidências técnicas e apoiar integração em estratégias climáticas	FAO Blue Transformation
US\$ 4 bi/ano para sistemas alimentares aquáticos até 2030	Criar instrumentos financeiros dedicados (ex.: títulos azuis)	Aquatic Food Breakthrough
20% das maiores empresas no "Race to Zero"	Apoiar empresas na adoção de roteiros de descarbonização.	Aquatic Food Breakthrough

Plano para Acelerar os Múltiplos Benefícios da Aquicultura de Algas

A produção global de algas triplicou em 20 anos, representando hoje metade da aquicultura marinha mundial. Este recurso oferece soluções únicas para o clima, a sustentabilidade e o desenvolvimento, sendo vital para segurança alimentar e o empoderamento de mulheres costeiras. No entanto, o setor enfrenta desafios: é fragmentado, subfinanciado, pouco regulado e depende de poucas espécies, o que limita seu enorme potencial.

VISÃO 2035: 3 vias de impacto

Práticas Resilientes: Expandir inovações como aditivos que reduzem metano e cultivos resistentes.

Governança Inclusiva: Integrar as algas nas políticas nacionais de clima e oceanos, com participação ativa de pequenos produtores, mulheres e comunidades indígenas.

Financiamento Transformador: Destraravar investimentos via títulos azuis e finanças combinadas para apoiar desde bancos de genes até PMEs.



Plano para Acelerar os Múltiplos Benefícios da Aquicultura de Algas

RESULTADO ESPERADO	PRINCIPAL AÇÃO	RESPONSÁVEIS
Dados globais precisos sobre produção e comércio	Reforçar sistemas de notificação e compilação de dados	FAO, UNCTAD, UNIDO
+100% na produção global de algas até 2030	Promover práticas resilientes (policultivo, modelos comunitários) e ferramentas de gestão espacial marinha	FAO, UNIDO, UNCTAD, UNGC-GSC
Reducir perdas e aumentar valor de mercado	Realizar um mapeamento global das regras e padrões que regem o comércio de algas	UNCTAD (líder), GSC, UNIDO, FAO
NDCs e planos nacionais incluindo ações com algas	Desenvolver orientação técnica e apoiar países na integração das algas nas suas estratégias climáticas.	UNFCCC (líder), UNCTAD, FAO, UNIDO, GSC
Taxonomia e bancos de genes de espécies mapeadas	Reforçar a plataforma AquaGRIS e identificar/estabelecer bancos de genes nacionais.	FAO, GSC
Relatórios científicos para padrões alimentares (Codex)	Compilar informação sobre segurança, nutrição e riscos de variedades de algas para alimentação.	FAO, UNCTAD, UNIDO, GSC
Avaliação de cadeias de valor e infraestrutura de qualidade	Avaliar oportunidades de mercado e capacidade dos sistemas nacionais de qualidade para apoiar a indústria.	UNIDO (líder), UNCTAD, FAO, GSC
Programa global de inovação e aceleração	Lançar desafios de inovação e programas de incubação para novos produtos e tecnologias à base de algas	UNG C-GSC, UNCTAD, UNIDO, FAO
Fortalecimento da educação e capacitação global	Incluir algas no currículo educacional e implementar um programa global de cooperação técnica	UNESCO-IOC, GSC, UNIDO, FAO, UNCTAD
Financiamento azul para pequenos produtores e PMEs	Desenvolver mecanismos de financiamento combinado para reduzir riscos e permitir microcrédito	UNG C-GSC, UNIDO, UNCTAD

ADESÃO À INICIATIVA GLOBAL DA ONU PARA ALGAS MARINHAS (UNGSI)

A Iniciativa Global das Nações Unidas para as Algas Marinhas (UNGSI) é uma coalizão multilateral liderada pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), com o apoio estratégico da Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO (COI-UNESCO), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e do Pacto Global da ONU. A iniciativa tem como missão principal promover práticas sustentáveis em toda a cadeia de valor das algas, desde a produção até a comercialização, com forte ênfase no fortalecimento da inclusão de pequenos produtores e na ampliação da cooperação internacional nos eixos de sustentabilidade, ciência, comércio e inovação para o setor da algicultura.



No Brasil, a algicultura surge como um setor-chave para a economia azul, atuando como um eixo integrador que conecta três pilares estratégicos: a conservação da biodiversidade marinha e costeira, o avanço de uma bioeconomia inovadora e de alto valor agregado, e o desenvolvimento territorial inclusivo de comunidades litorâneas.

Inclusão das Embarcações de Pesca Artesanal

Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil (FAEP-BR)

A proposta da FAEP-BR defende a inclusão da pesca artesanal no eixo de transição justa de energia e a criação de políticas públicas com financiamento para renovar e modernizar a frota pesqueira artesanal, tornando as embarcações mais leves, seguras, eficientes e parcialmente movidas por energia solar, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis. A iniciativa busca fortalecer a produção sustentável de pescado, gerar empregos, garantir segurança alimentar e promover o empoderamento de pescadores, especialmente das mulheres.

A proposta propõe:

- Criação de linhas de crédito para: Aquisição de novas embarcações; Modernização da frota existente; Compra de apetrechos de pesca e; Equipamentos de segurança da navegação
- Oferta de assistência técnica e certificações específicas. Medidas para permitir a operação em mar aberto, seguindo normas marítimas e particularidades regionais.
- Implementação de políticas públicas estruturantes, incluindo: Recursos para programas de extensão pesqueira; Compra direta de pescado das comunidades e; Estímulo à certificação própria da pesca artesanal (municipal, estadual e federal).



AQUICULTURA NO PORTAL DE SHARM EL-SHEIKH

Carcinicultura em áreas afetadas por salinidade:

O projeto de carcinicultura em áreas afetadas por salinidade busca promover o uso sustentável de terras que sofreram degradação por processos de salinização, transformando-as em espaços produtivos para a criação de camarões. A iniciativa reduz a pressão sobre ecossistemas costeiros sensíveis, ao mesmo tempo em que oferece às famílias agricultoras novas oportunidades de adaptação climática e geração de renda. Trata-se de uma alternativa estratégica que combina recuperação produtiva, inclusão socioeconômica e mitigação de impactos ambientais.

Cultivo de macroalgas:

O projeto de cultivo de macroalgas fortalece cadeias produtivas sustentáveis em comunidades costeiras do Nordeste brasileiro, utilizando espécies de interesse socioambiental. A iniciativa promove práticas de baixo impacto, amplia meios de subsistência para populações tradicionais e contribui para a captura de carbono e o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. O cultivo de macroalgas representa uma solução climática acessível, de alta resiliência e com potencial para diversificar economias locais de maneira sustentável.

Desenvolvimento sustentável da carcinicultura:

O projeto voltado ao desenvolvimento sustentável da carcinicultura no Brasil integra ciência, tecnologia e práticas inovadoras para modernizar o setor, aprimorar a eficiência produtiva e reduzir impactos ambientais. A proposta incentiva sistemas de produção mais limpos, manejos aprimorados e o uso de tecnologias baseadas em evidências, fortalecendo uma cadeia produtiva estratégica para a economia nacional. Com foco em inovação e sustentabilidade, a iniciativa contribui para ampliar a competitividade do setor e garantir sua adaptação às mudanças climáticas.



O Portal de Sharm el-Sheikh, criado durante a COP 27, realizada em novembro de 2022 no Egito, tem como objetivo centralizar informações sobre projetos, iniciativas e políticas voltadas à implementação de ações climáticas relacionadas à agricultura e segurança alimentar, fortalecendo soluções sustentáveis e a cooperação internacional. Instituído pela decisão 3/CP.27, o portal visa ampliar oportunidades de ação climática para enfrentar os desafios globais nesses setores.

Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca

(CONAPE)

46ª Reunião Ordinária

Brasília, 9 de dezembro de 2025

OBRIGADO

Yan Brasil

Analista Técnico em Assuntos Internacionais

Assessoria Especial Internacional

Internacional@mpa.gov.br

Comitê de Conformidade e Competitividade da Pesca Nacional - CCNP

Temas da 4ª Reunião Ordinária do CCPN

Alinhamento estratégico sobre as ações de fiscalização interinstitucionais e seus impactos na formalização da cadeia produtiva do pescado.



TEMAS DA 4^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CCPN

Demandas Pendentes dos Comitês Permanentes de Gestão (CPGs)

Sardinha

- Ampliação da área de captura da sardinha

Isca Viva

- Suspensão do período de defeso da isca viva

Albacora Bandolim

- Publicação de portaria da cota por modalidade

Camarão Rosa

- Defeso do camarão rosa.

Pesca de Lula

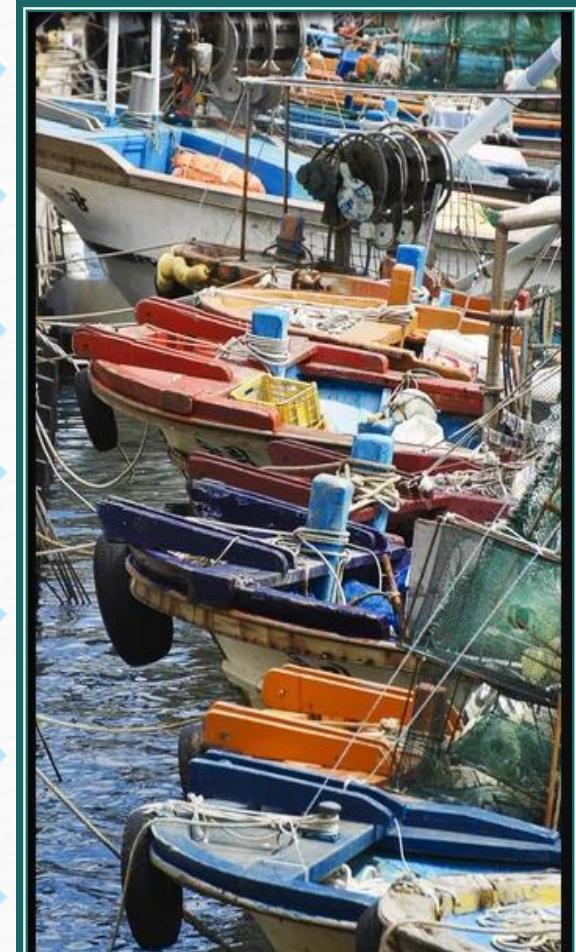
- Autorização complementar para a pesca de lula.

Corvina

- Publicação do plano de gestão da corvina

Grupo de Trabalho (GT)

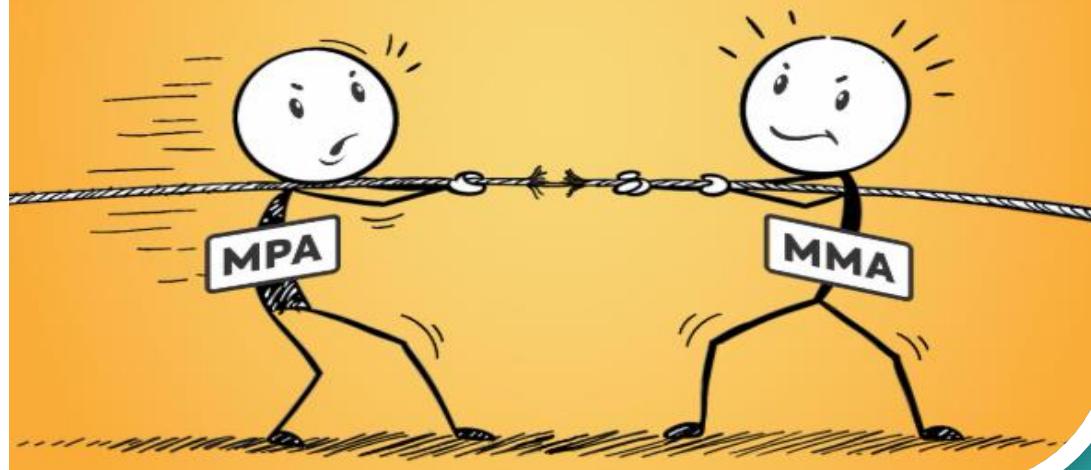
- Publicação da portaria instituindo o GT permissionamento de revisão da IN 10/2011



Comitê de Conformidade e Competitividade da Pesca Nacional - CCNP

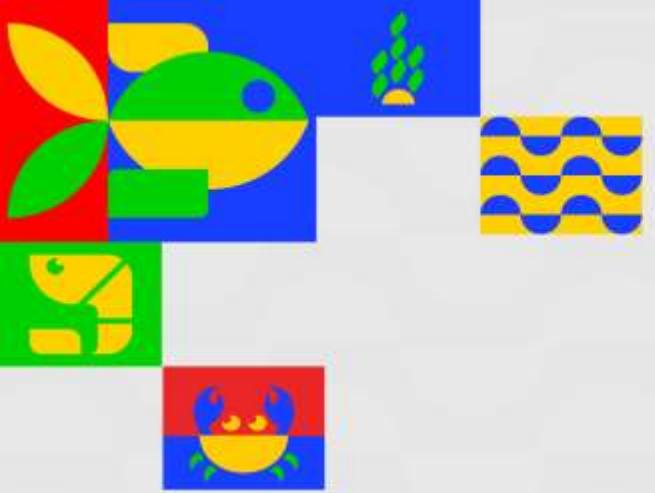
**Quando um não quer,
dois não fazem**

**MPA precisa enfrentar
cabo de guerra para fazer a gestão
compartilhada da pesca**



OBRIGADO !

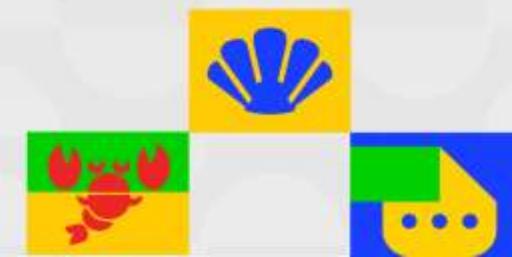




MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

4 ° CONFERÊNCIA NACIONAL DE AQUICULTURA E PESCA (4 ° CNAP)

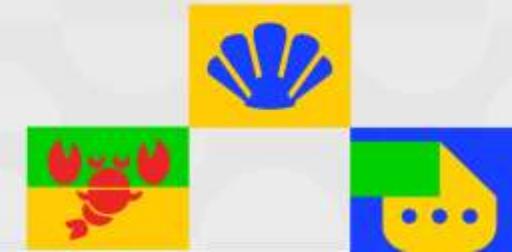




GT da Conferência



- Ajax Santos Tavares (Confapesca);
 - Carlos Mello (MPA);
 - Dárlio Teixeira (SBfic);
 - Fabiana Pilarski (Abrapoa);
 - Felipe Weber (Abla);
 - Francisco medeiros (PeixeBr);
 - Juscelino Miguel dos Anjos (CBPA);
 - Lais Pestanha (Abipesca);
 - Laureci Akira (CNPA);
 - Letícia Canton (Oceana);
 - Marco Aurélio Bailon (AOceano);
 - Manuel dos Santos (ABA);
 - Marilsa Patrício (PeixeSP);
 - Reginaldo Portari (CBPE); e
 - Roberto Ribas Callucci (MMA).
- Portaria MPA nº 117, que designou oficialmente os **15** representantes do GT .



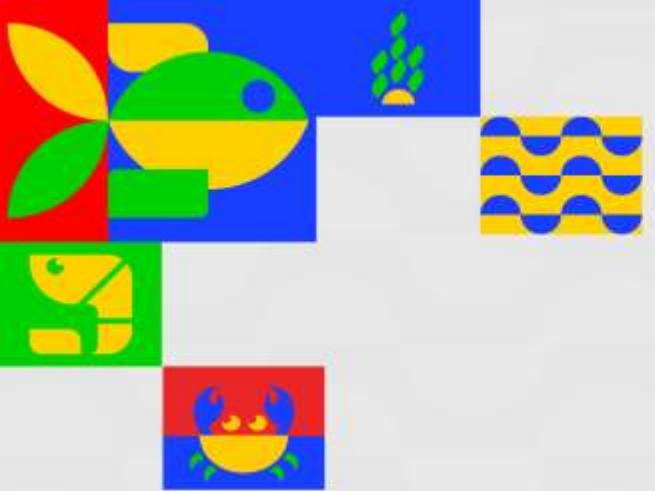


Comissão Organizadora Nacional (CON)



- **I - Poder Público:**
 - MPA
 - MMA
 - MDIC
 - MTE
 - SG/PR.
- **II - Sociedade Civil, Setor Empresarial e Academia:**
 - a) Associação Brasileira de Aquaponia;
 - b) Associação Brasileira de Lojas de Aquariofilia;
 - c) Associação Brasileira de Oceanografia;
 - d) Associação Brasileira de Patologistas de Organismos Aquáticos;
 - e) Confederação Nacional de Federações das Associações de Pescadores Artesanais e aquicultura e de Organizações de Pesca;
 - f) Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores;
 - g) Conselho Pastoral dos Pescadores;
 - h) Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil;
 - i) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade;
 - j) Instituto Peroá; e
 - k) Sociedade Brasileira de Ficologia.
- composta por 15 (quinze) membros do CONAPE e 1 (um) membro da Secretaria Geral da Presidência da República (**16 membros no total**)





4. Metodologia

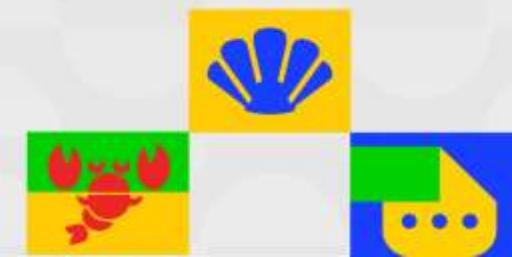
Conferências Preparatórias:

- *Temáticas e Livres: 2 de março a 18 de maio de 2026*
- *Estaduais e do Distrito Federal: 2 de março a 18 de maio de 2026*
- *Etapa Online: 17 de abril a 18 de maio.*

Conferência Nacional:

- *Consolidação das propostas*

Evento presencial: 1 a 3 de julho de 2026



	Origem	Total para a Plenária Nacional
Delegados Eleitos	Conf. Livre ou Temática	35
	Conf. Estaduais e Distrital	201
	Etapa Virtual	24
Delegados Natos	Comissão Executiva Nacional - CEN	aprox. 23
	COE/COD	81
	Comitê Interno de Governança do MPA	9
	CONAPE	122
	Fórum da Pesca Artesanal	2
		4
		20
	CPG's do MPA	20
		20
		4
Total	Comitês do Conape	4
		4
		4
	Superintendentes Federais da Pesca e Aquicultura	27
		600



Janeiro

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1				1	2	3
2	4	5	6	7	8	9
3	11	12	13	14	15	16
4	18	19	20	21	22	23
5	25	26	27	28	29	30
						31

Fevereiro

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
6	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
8	15	16	17	18	19	20
9	22	23	24	25	26	27
						28

Março

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
10	1	2	3	4	5	6
11	8	9	10	11	12	13
12	15	16	17	18	19	20
13	22	23	24	25	26	27
14	29	30	31			

Abril

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
14			1	2	3	4
15	5	6	7	8	9	10
16	12	13	14	15	16	17
17	19	20	21	22	23	24
18	26	27	28	29	30	

Maio

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
18				1	2	
19	3	4	5	6	7	8
20	10	11	12	13	14	15
21	17	18	19	20	21	22
22	24	25	26	27	28	29
23	31					

Junho

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
23		1	2	3	4	5
24	7	8	9	10	11	12
25	14	15	16	17	18	19
26	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

Julho

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
27			1	2	3	4
28	5	6	7	8	9	10
29	12	13	14	15	16	17
30	19	20	21	22	23	24
31	26	27	28	29	30	31

Agosto

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
31						1
32	2	3	4	5	6	7
33	9	10	11	12	13	14
34	16	17	18	19	20	21
35	23	24	25	26	27	28
36	30	31				

Setembro

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
36		1	2	3	4	5
37	6	7	8	9	10	11
38	13	14	15	16	17	18
39	20	21	22	23	24	25
40	27	28	29	30		

Outubro

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
40			1	2	3	
41	4	5	6	7	8	9
42	11	12	13	14	15	16
43	18	19	20	21	22	23
44	25	26	27	28	29	30
						31

Novembro

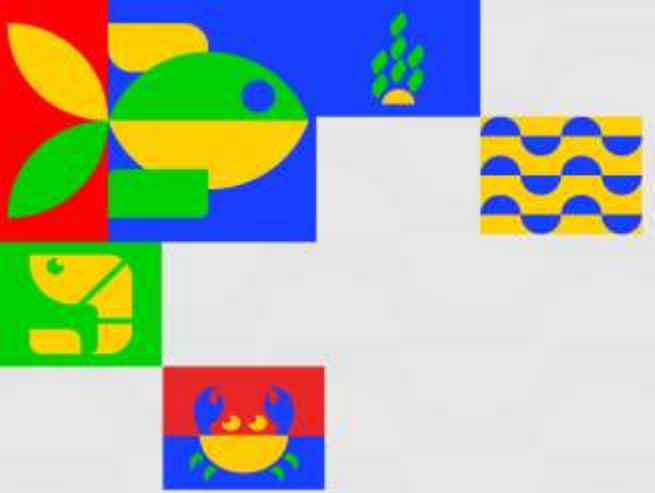
Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
45	1	2	3	4	5	6
46	8	9	10	11	12	13
47	15	16	17	18	19	20
48	22	23	24	25	26	27
49	29	30				

Dezembro

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
49			1	2	3	4
50	6	7	8	9	10	11
51	13	14	15	16	17	18
52	20	21	22	23	24	25
53	27	28	29	30	31	

Feriados nacionais - Ponto facultativo

Nacional
Preparatórias



1. Tema:

**“Pesca e Aquicultura:
de Política de Governo a Política
de Estado.”**

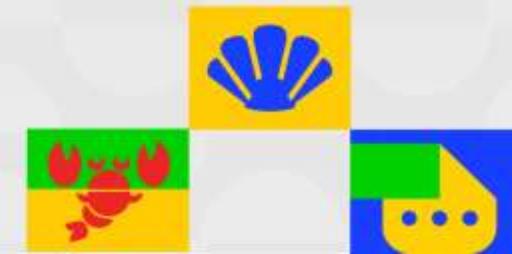
*Sustentabilidade, participação social e continuidade
institucional.*





2. Objetivo:

Promover um espaço inclusivo e participativo para o diálogo e a construção coletiva de propostas que fortaleçam a pesca e a aquicultura no Brasil, assegurando a continuidade institucional das políticas públicas vigentes e visando à manutenção, aprimoramento e expansão das ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA).



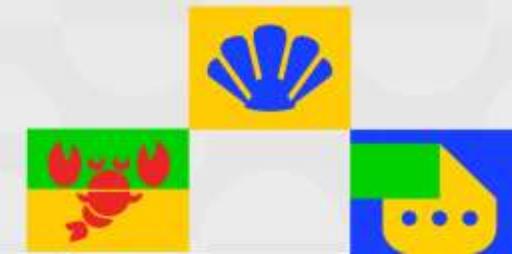


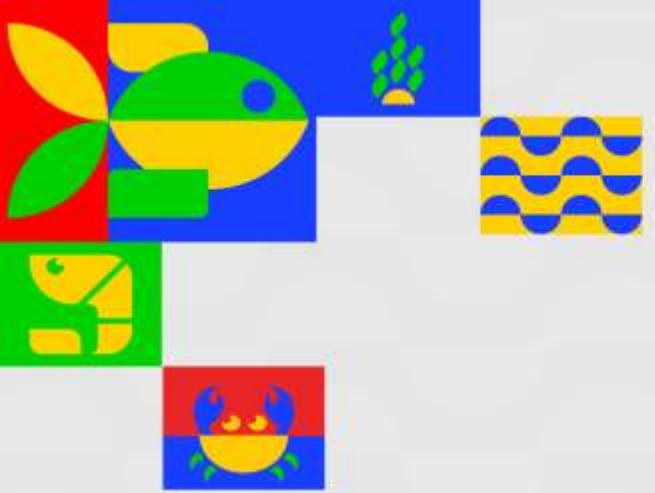
4 . Eixos

Art. 4º São eixos temáticos da 4ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca:

- I - Gestão, Ordenamento e Governança Participativa e Mediação de Conflitos;
- II - Valorização da Pesca Artesanal, Povos e Comunidades Tradicionais;
- III – Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura;
- IV – Equidade de Gênero e Valorização das Mulheres;
- V – Infraestrutura, Agregação de Valor e Abertura de Mercado;
- VI – Conhecimento Tradicional, Formação Técnica, Extensão, Pesquisa e inovação;
- VII – Fortalecimento Institucional e Continuidade das Políticas Públicas;
- VIII – Sustentabilidade, Justiça Climática e Adaptação às Emergências Climáticas.

Parágrafo único: Os eixos temáticos poderão ser revisados e ter subtemas adicionados mediante justificativa a Comissão Organizadora Nacional.





MINISTÉRIO DA
PESCA E
AQUICULTURA

GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Obrigado !

